



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 34/2022

(processo nº 2022.0.000008783-2)

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por intermédio da Assessoria Técnica da Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do **sistema de registro de preços**, do tipo **menor preço**. A licitação será regida pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 7.174/2010, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015 e Resolução CNJ nº 182/2013, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**DIA: 20 de junho de 2022**

**HORÁRIO: 11h00 (horário de Brasília).**

**Endereço eletrônico: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)**

**Código UASG: 070017**

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto o registro de preços para eventual **aquisição de bens de consumo de TI**, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Edital, prevalecerão estas.

1.2. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

ANEXO I. TERMO REFERÊNCIA

ANEXO II. PROPOSTA PADRÃO

ANEXO III. MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV. MINUTA DE CONTRATO

**2. DO PREÇO ESTIMADO**

2.1. Os preços estimados desta licitação são aqueles constantes no Termo de Referência - **Anexo I** do Edital.

**3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão, observadas as condições abaixo, os interessados com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3/2018.

**3.1.1. Foi estabelecida cota reservada de 25% nos itens 1 e 3 para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o disposto no art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006.**

3.2. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, cumprindo os requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta;

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49, caso seja microempresa ou empresa de pequeno porte/cooperativa, quando for o caso;

c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

e) que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174/2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, quando for o caso.

3.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição deste subitem sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.3. Não poderão participar desta licitação os licitantes:

3.3.1. Impedidos de participar de licitação e celebrar contratos administrativos com este Tribunal, com a União ou declarados inidôneos perante a Administração Pública, na forma da legislação vigente.

3.3.2. Enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

3.3.3. Cuja falência tenha sido decretada, em processo de recuperação judicial, sem plano de recuperação acolhido judicialmente, em recuperação extrajudicial, em concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.4. Cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão.

3.3.5. Reunidos sob forma de consórcio.

3.3.6. Cooperativas, quando a natureza do serviço demandar relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa, bem como personalidade e habitualidade.

3.3.7. Organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, conforme Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário.

3.3.8. Empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 7º, inciso II, da Resolução do TSE nº 23.234, de 25/3/2010 e art. 2º, inciso VI, da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.8.1. As vedações constantes no subitem 3.3.8 se estendem às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 meses após a desincompatibilização. (art. 2º, §3º da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.8.2. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, §4º da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

**4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1. O credenciamento do licitante deverá ser realizado no sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF, através do portal de compras do governo federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela infraestrutura de chaves públicas brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1. O licitante deverá manter seu cadastro atualizado no SICAF.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

4.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do TRE-RJ por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. O licitante deverá encaminhar a **proposta e os documentos de habilitação exigidos no item 10** deste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

5.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação apresentados até a abertura da sessão pública, quando será encerrada automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.2. O licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação contemplados no SICAF, desde que válidos.

5.2. A proposta de preços deverá ser elaborada em campo específico do sistema eletrônico, mediante preenchimento dos seguintes campos:

**a) preço unitário de cada item;**

**b) marca, fabricante e modelo/versão do produto ofertado; e**

**c) descrição do objeto ofertado.**

- 5.2.1. A quantidade mínima de unidades a ser cotada pelo licitante é o quantitativo total estimado do item.
- 5.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto da contratação.
- 5.4. Os valores unitários e totais ofertados deverão observar o limite de 2 casas decimais após a vírgula, podendo o pregoeiro solicitar ao licitante a adequação do preço final ofertado, na fase de aceitação.
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6. Na etapa prevista neste item, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de negociação e julgamento das propostas.
- 5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances, ocasião em que poderá ser solicitada documentação complementar para confirmação daqueles já apresentados.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. A abertura da sessão pública será realizada pelo pregoeiro na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, através do sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).
- 6.2. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.
- 6.3.1. O pregoeiro poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 6.4. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.
- 6.5. O pregoeiro se comunicará com os licitantes através de campo próprio do sistema.

## 7. DO ENVIO DE LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 7.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **preço unitário de cada item**.
- 7.2. O licitante somente poderá oferecer preço inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.3. Será adotado para o envio de lances o **modo de disputa "aberto e fechado"**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.3.1. A etapa de lances terá duração **15 minutos** e, após o término desse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento aleatório no período de até 10 minutos, encerrando automaticamente a recepção de lances.
- 7.3.2. Encerrado o prazo aleatório de até **10 minutos**, o sistema concederá oportunidade para que o autor da oferta de preço mais baixo e os autores das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.3.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições do subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 7.3.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances automaticamente.
- 7.3.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.3.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.
- 7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.6. Se durante a etapa de lances, o pregoeiro perder a conexão com o sistema, e este permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.6.1. Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a **10 minutos**, a sessão do pregão será suspensa e somente poderá ser reiniciada após **24 horas** da comunicação do fato aos licitantes no sistema.

## 8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 8.1. Após a etapa de lances, nos itens/lotes, cuja participação NÃO seja exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 8.2. Serão consideradas empatadas as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte iguais ou até 5% superiores ao menor preço, procedendo-se ao desempate da seguinte forma:
- 8.2.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, mediante convocação automática do sistema, no prazo de **5 minutos**.
- 8.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte convocada não exerça o direito previsto no subitem anterior, serão convocadas as demais que se enquadrem na hipótese do subitem 8.2, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 8.2.3. No caso de equivalência dos preços ofertados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese do subitem 8.2, o sistema realizará um sorteio entre elas, convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.
- 8.2.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 minutos**, terá precludido o direito previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.3. Este prego submete-se às regras de direito de preferência previstas no **Decreto nº 7.174/2010**, que será concedido automaticamente pelo sistema, após o encerramento da fase de lances.
- 8.3.1. Não ocorrendo o desempate na forma do subitem 8.2, o sistema convocará os licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% acima da melhor proposta, para o exercício do direito de preferência, na seguinte ordem:
- I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB);
  - II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país; e
  - III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB.
- 8.3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos do subitem acima terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.
- 8.3.3. A comprovação da fabricação dos bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no país deverá ser feita junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada.
- 8.3.4. A comprovação do atendimento ao Processo Produto Básico – PPB será feita mediante apresentação de documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto nº 5.906/2006 ou pelo Decreto nº 6.008/2006, podendo ainda ser realizada:
- I - eletronicamente, por meio de consulta ao sítio oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou
  - II - por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) ou pela SUFRAMA, mediante solicitação do licitante.
- 8.4. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteadada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## 9. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. Após a etapa de envio de lances, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação de condições diferentes das previstas no Edital.
- 9.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar para encaminhar, no **prazo máximo de 2 horas**, a contar da convocação do anexo no sistema, proposta de preços adequada ao lance final ofertado ou preço negociado e os seguintes documentos complementares, sob pena de recusa da proposta:
- 9.2.1. Proposta de preços, conforme **Anexo II**, com a indicação do CNPJ da filial ou do estabelecimento do licitante que emitirá as notas fiscais referentes à execução do objeto.
- 9.2.2. Folder, catálogo ou documentos do fabricante ou a indicação de página da internet, que contenham informações suficientes para comprovar a adequação do produto às exigências do Termo de Referência.
- 9.2.2.1. A exigência acima poderá ser dispensada, a critério do pregoeiro, quando a marca e modelo ofertados forem as mesmas indicadas como referência neste Edital ou nos casos em for possível a verificação das características por outros meios.
- 9.2.3. **Para todos os itens:** Certificado de regularidade do IBAMA do fabricante ou o seu número de inscrição no CNPJ, a fim de se verificar junto ao sítio do IBAMA ([www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)) se o fabricante possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadora de Recursos Ambientais (CTF), de acordo com o art. 17 inc. I e II da Lei Federal 6938/1981, bem como instrução normativa nº 6, de 15/03/13 do IBAMA. Não serão aceitos certificados na área de comércio ou representação comercial.
- 9.2.3.1. Os itens deverão apresentar Ficha Técnica de Enquadramento do CTF na categoria 5-2 (Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática)
- 9.2.3.2. A apresentação do Certificado de Regularidade poderá dispensada, caso o pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online à página oficial do Ibama.
- 9.2.4. **Somente para os itens 1 e 2:** Certificado ou autodeclaração do fabricantes de que os itens são fabricados com materiais que não agridam ao meio ambiente, em atendimento à diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances) ou alternativamente, será aceito o "Rótulo Ecológico ABNT", que é um certificado de compatibilidade com as normas ISO 14020 e ISO 14024, como comprovação nacional alternativa ao atendimento à diretiva internacional RoHS.
- 9.2.5. Documentos comprobatório do exercício do direito de preferência do Decreto nº 7.174/2010, previsto do **subitem 8.3**, caso tenha exercido tal direito e o pregoeiro não tenha como verificar a informação online.
- 9.3. As propostas serão examinadas quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos limites máximos estipulados no Termo de Referência – **Anexo I**, observado o critério de julgamento do **menor preço unitário do item**.
- 9.4. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de outros setores do TRE-RJ para orientar sua decisão.
- 9.5. Caso não haja vencedor para a cota reservada para ME/EPP, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.
- 9.6. **Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a aceitação da proposta de ambas as cotas deverá ocorrer pela de menor preço ofertado.**
- 9.7. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

9.8. Não serão aceitas propostas com preço superior ao máximo estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.9. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação do licitante será verificada pelo pregoeiro através de consulta ao SICAF (níveis de cadastro I, II e III) e da documentação especificada neste item, conforme o caso.

10.1.1. Os documentos que não estiverem contemplados no SICAF ou que estejam com a validade vencida, deverão ser anexados ao sistema, no momento de cadastramento da proposta, conforme **item 5** deste Edital.

10.1.2. Somente poderão ser enviados posteriormente, os documentos complementares necessários à confirmação dos documentos de habilitação exigidos neste item e apresentados na forma do **item 5** deste Edital.

10.2. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será exigido:

10.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social).

10.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS).

10.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

10.3. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira será exigido:

10.3.1. Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.4. O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas no **subitem 3.3**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

II. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ;

III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS – Portal da Transparência; e

IV. Sistema de Inidôneos do TCU.

10.4.1. As consultas de licitantes pessoa jurídica, previstas nos incisos II, III e IV, poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4.3. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.5. Caso conste no SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas do licitante, o pregoeiro diligenciará para verificar se há indícios de fraude, por meio de vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros fatores.

10.5.1. Havendo indícios suficientes, o pregoeiro submeterá os autos para análise da autoridade superior, sendo assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa.

10.5.2. Constatada burla à Lei de Licitações, a autoridade superior procederá à desconsideração da personalidade jurídica, sendo o licitante inabilitado no certame, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.6. O pregoeiro poderá consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o que constitui meio de prova, para fins de habilitação dos licitantes.

10.7. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal.

10.7.1. Se o estabelecimento não for cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste, no prazo e na forma estabelecidos no **item 5**.

10.8. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 dias úteis** para regularização da documentação, com a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação.

10.8.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado mediante requerimento do licitante, devidamente justificado, podendo ser concedido a critério deste Tribunal.

10.8.2. A não regularização da documentação nos prazos previstos acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

10.9. Em caso de dúvida em relação a documento digital apresentado durante certame, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **3 dias úteis**.

10.10. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

10.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema.

11.1.1. Havendo intenção, o pregoeiro verificará as condições de admissibilidade do recurso quanto à tempestividade e à motivação, aceitando ou não a intenção de recurso, justificadamente.

11.2. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 dias**, ficando os demais licitantes intimados, se desejarem, para apresentarem suas contrarrazões, através sistema, no prazo de **3 dias**, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 13. DO REGISTRO DE PREÇOS

**13.1. Por ocasião da homologação da licitação, será aberto o prazo mínimo de 24 horas, via sistema eletrônico, para que os licitantes interessados ofertem preços iguais aos dos licitantes vencedores do certame, para formação do cadastro de reserva.**

13.1.1. O cadastro de reserva tem por objetivo atender a demanda deste Tribunal, no caso de impossibilidade de cumprimento da ata de registro de preços pelo fornecedor vencedor.

13.1.2. O sistema gerará uma ata complementar com a informação dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, na sequência da classificação no certame, a qual constituirá anexo da ata de registro de preços e vinculará os licitantes integrantes do cadastro.

13.1.3. A análise da proposta e da habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva será efetuada, quando este for convocado para assumir a ata de registro de preços, nas hipóteses de o fornecedor principal não assinar a ata de registro de preços ou quando tiver seu registro cancelado.

13.2. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços - Anexo II do Edital, no prazo de até **5 dias úteis**, contados da data do recebimento do documento oficial de convocação, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/RJ.

13.2.1. Para assinatura da ata de registro de preços, o licitante vencedor deverá apresentar procuração do representante legal da empresa e/ou contrato social e documento de identidade, que terão sua autenticidade conferidas.

13.2.2. Será verificada, ainda, por meio do SICAF e de outros meios, a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital.

13.2.3. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.

13.2.4. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no **subitem 13.2**, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

13.3. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, depois de cumpridos os requisitos de publicidade e será divulgada no Portal de Compras do Governo Federal.

13.4. A ata de registro de preços terá a validade de **12 meses** a contar da data de sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

13.6. Durante a vigência da ata de registro de preços, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese de revisão em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, na forma estipulada na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 e art. 17 do Decreto nº 7.892/2013.

13.6.1. Será realizada pesquisa de mercado, a cada **6 meses**, a fim de comprovar se os preços registrados continuam vantajosos para Administração.

13.6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE/RJ convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

13.6.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

13.6.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

13.6.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TRE/RJ poderá:

13.6.3.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

13.6.3.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

13.6.3.3. não havendo êxito nas negociações, o TRE/RJ deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I - descumprir as condições do Edital e da Ata de Registro de Preços;
- II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

13.7.1. O cancelamento de registro de preços nas hipóteses acima será formalizado por decisão do TRE/RJ, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

13.9. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

#### 14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. As aquisições, quando ocorrerem, poderão ser firmadas por contrato, conforme **Anexo IV** do Edital.

14.2. O prazo para assinatura do contrato será de, no máximo, **5 dias úteis**, contados da convocação deste Tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

14.2.1. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

14.3. Para assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar procuração do representante legal da empresa e/ou contrato social e documento de identidade, que terão sua autenticidade conferidas.

14.4. Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

#### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até **5 anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:

- I - não assinar o contrato ou ata de registro de preços;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não mantiver a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

15.2. Nas contratações por meio do sistema de registro de preços, as disposições acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada por este Tribunal.

15.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato ou pelo descumprimento de obrigações contratuais, poderá ser aplicada à contratada multa compensatória graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% do valor do contrato.

15.4. Em caso de atraso na execução do objeto desta licitação, poderá ser aplicada à contratada multa moratória equivalente a 0,25%, por dia útil, sobre o valor contratado do item, não ultrapassando o limite de 10% sobre este valor.

15.5. A dilação de prazo, autorizada pelo setor solicitante, será considerada para a avaliação de eventual atraso, em observância ao princípio da boa-fé.

15.6. O valor da multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrado administrativamente.

15.7. Nos casos de instauração de procedimento apuratório que possa ensejar a aplicação de multa, o TRE-RJ poderá acautelar até 20% do valor da fatura, condicionando a liberação de eventual valor remanescente à conclusão do procedimento.

15.8. A retenção cautelar será aplicada se inexistirem faturas próximas suficientes para garantir eventual multa ou se a gravidade da infração assim justificar.

15.9. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de **5 dias úteis** a contar da data da intimação, serão então acrescidos os juros moratórios de 1% ao mês.

15.10. Poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 de forma subsidiária.

15.11. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

15.12. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias e os antecedentes da contratada.

15.13. Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório.

15.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, se for o caso, no CEIS.

#### 16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

16.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados a este Tribunal até às **19h00 do 3º dia útil** anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: **licita@tre-rj.jus.br**.

16.2. O pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidirá sobre os pedidos de esclarecimentos e sobre a impugnação no prazo de **2 dias úteis**, contado da data do recebimento de ambos.

16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital.

16.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.5. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no sistema eletrônico e na página do TRE-RJ e vincularão os participantes e a Administração.

16.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 17. DO PAGAMENTO

17.1. De acordo com item 6 do Termo de Referência - Anexo II do Edital.

#### 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A Assessoria Técnica de Licitação, localizada na Av. Presidente Wilson, nº 194, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.030-021, está disponível para atendimento ao público, em dias úteis, no horário de 11h00 a 19h00, através dos telefones: **(21) 3436-8155 / 8156 / 8157** ou e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

**18.1.1. O atendimento presencial encerra-se às 17h00, conforme art. 2º do Ato Conjunto PR-VPCRE nº 01, de 06/01/2022.**

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.3. Os horários estabelecidos no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

18.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784/1999.

18.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base nos princípios e na legislação em vigor.

18.6. O TRE poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 50 do Decreto nº 10.024/2019.

18.7. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

---

#### TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I

SERÁ DISPONIBILIZADO JUNTAMENTE COM O EDITAL, APÓS A MINUTA DE CONTRATO.

---

#### PROPOSTA PADRÃO - ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2022

OBJETO:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1			MARCA/MODELO OFERTADO:	
2				
.....				

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para fins de atendimento das Resoluções CNJ nº 07/2005 e nº 229/2016, que não constam no quadro societário desta empresa cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Estamos cientes que a vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização, bem como que a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. Pela presente declaração a empresa certifica, sob as penas da lei, que não incorre em nenhuma das vedações descritas nas Resoluções CNJ nº 07/2005 e nº 229/2016.

Declaramos estar de acordo com as disposições do termo de referência, no qual se encontram todas as especificações necessárias a pronta execução dos materiais cotados.

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 dias

**EMPRESA:**

**CNPJ:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**ENDEREÇO:**

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

**DADOS BANCÁRIOS:**

**BANCO:**

**AGÊNCIA:**

**CONTA CORRENTE:**

(Local ), de de .....

(assinatura)

REPRESENTANTE LEGAL

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ANEXO III****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**

Aos ..... do ano de ....., a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, CNPJ nº 06.170.517.0001-05, situado à Av. Presidente Wilson, nº 198, neste ato representado pelo(a) Diretor(a) Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro ....., com fundamento no art. 9º, inciso XXVI do Regulamento Interno da Secretaria deste Tribunal, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para registro de preços nº ....., processo administrativo nº 2022.0.000008783-2 RESOLVE registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) indicadas nesta ATA, atendendo as condições previstas no Edital e seus anexos e ao disposto na Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e Decreto nº 7.892/2013 e demais normas legais aplicáveis.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente Ata é o registro de preços para a eventual **aquisição de bens de consumo de TI**, conforme especificado nas tabelas a seguir abaixo:

Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Representante: RG: (citar doc. SEI) CPF: (citar doc. SEI)

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
COTA RESERVADA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP)				
1	88	Unidade	DRIVE DVD EXTERNO USB - Interface: 1 x USB 3.0, compatível com USB 2.0;	

			<ul style="list-style-type: none"><li>- Leitura de CD e DVD;</li><li>- Grava CD e DVD-RW;</li><li>- Velocidade de leitura: 48x (CD) / 16x (DVD);</li><li>- Tipo de carregamento de mídia: Bandeja;</li><li>- Compatível com Microsoft Windows 7 / 8 / 8.1 / 10.</li></ul> MARCA OFERTADA:	
COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO)				
2	266	Unidade	<b>DRIVE DVD EXTERNO USB</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Interface: 1 x USB 3.0, compatível com USB 2.0;</li><li>- Leitura de CD e DVD;</li><li>- Grava CD e DVD-RW;</li><li>- Velocidade de leitura: 48x (CD) / 16x (DVD);</li><li>- Tipo de carregamento de mídia: Bandeja;</li><li>- Compatível com Microsoft Windows 7 / 8 / 8.1 / 10.</li></ul> MARCA OFERTADA:	
COTA RESERVADA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP)				
3	702	Unidade	<b>CABO EXTENSOR USB 3.0 de 1.5M</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Comprimento de no mínimo 1,5m e no máximo de 1,8m;</li><li>- Padrão USB 3.0, compatível com padrões USB 2.0 e 1.1;</li><li>- Um conector padrão USB tipo A macho, com estrutura metálica de proteção aos contatos do conector;</li><li>- Um conector padrão USB tipo A fêmea, com estrutura emborrachada ou plástica sobre a estrutura metálica de proteção aos contatos do conector.</li></ul> MARCA OFERTADA:	
COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO)				
4	2.109	Unidade	<b>CABO EXTENSOR USB 3.0 de 1.5M</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Comprimento de no mínimo 1,5m e no máximo de 1,8m;</li><li>- Padrão USB 3.0, compatível com padrões USB 2.0 e 1.1;</li><li>- Um conector padrão USB tipo A macho, com estrutura metálica de proteção aos contatos do conector;</li><li>- Um conector padrão USB tipo A fêmea, com estrutura emborrachada ou plástica sobre a estrutura metálica de proteção aos contatos do conector.</li></ul> MARCA OFERTADA:	

## 2. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. De acordo com o **item 5** do Termo de referência - Anexo I do Edital.

## 3. DA VALIDADE DA ATA

3.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro Preços é de 12 meses a contado da data de sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## 4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4.2. Constitui anexo ao presente instrumento, se houver, a Ata de Formação do Cadastro de Reserva constante do sistema Comprasnet – acessível publicamente em [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/) –, contendo o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços acima pelos preços ora registrados, nos termos do inc. II e § 1º do art. 11 do Decreto nº 7.892/2013.

4.3. A empresa ....., detentora do registro, assume o compromisso de executar o objeto, na forma e quantidades máximas especificadas no edital e seus anexos, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 vias de igual teor, forma e data.

Rio de Janeiro,        de        de .....

\_\_\_\_\_  
Diretora-Geral

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa

## MINUTA DE CONTRATO - ANEXO IV

CONTRATO Nº...../..... QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, E.....PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE TI.

**CONTRATANTE:** União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 198, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, representado pela Diretora Geral ....., de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato do Gabinete da Presidência nº 388/2021.

**CONTRATADA:** ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na (inserir endereço completo), representada por (inserir nome completo), conforme documentos do SEI ....., de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (procuração/contrato social/estatuto social).

As CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 34/2022, instruído através do processo TRE nº 2022.0.000008783-2, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e Lei nº10.520/2002, e vinculado ao Edital e anexos, bem como à proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **aquisição de material de TI**, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e quantitativo abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	PREÇUNITÁRIO (R\$)
COTA RESERVADA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP)				
1	88	Unidade	<b>DRIVE DVD EXTERNO USB</b> - Interface: 1 x USB 3.0, compatível com USB 2.0; - Leitura de CD e DVD; - Grava CD e DVD-RW; - Velocidade de leitura: 48x (CD) / 16x (DVD); - Tipo de carregamento de mídia: Bandeja; - Compatível com Microsoft Windows 7 / 8 / 8.1 / 10. MARCA OFERTADA:	
COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO)				
2	266	Unidade	<b>DRIVE DVD EXTERNO USB</b> - Interface: 1 x USB 3.0, compatível com USB 2.0; - Leitura de CD e DVD; - Grava CD e DVD-RW; - Velocidade de leitura: 48x (CD) / 16x (DVD); - Tipo de carregamento de mídia: Bandeja; - Compatível com Microsoft Windows 7 / 8 / 8.1 / 10. MARCA OFERTADA:	
COTA RESERVADA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP)				
3	702	Unidade	<b>CABO EXTENSOR USB 3.0 de 1.5M</b> - Comprimento de no mínimo 1,5m e no máximo de 1,8m; - Padrão USB 3.0, compatível com padrões USB 2.0 e 1.1; - Um conector padrão USB tipo A macho, com estrutura metálica de proteção aos contatos do conector; - Um conector padrão USB tipo A fêmea, com estrutura emborrachada ou plástica sobre a estrutura metálica de proteção aos contatos do conector. MARCA OFERTADA:	
COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO)				
4	2.109	Unidade	<b>CABO EXTENSOR USB 3.0 de 1.5M</b> - Comprimento de no mínimo 1,5m e no máximo de 1,8m; - Padrão USB 3.0, compatível com padrões USB 2.0 e 1.1; - Um conector padrão USB tipo A macho, com estrutura metálica de proteção aos	

			contatos do conector;  - Um conector padrão USB tipo A fêmea, com estrutura emborrachada ou plástica sobre a estrutura metálica de proteção aos contatos do conector.  MARCA OFERTADA:	
--	--	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

- 2.1. O valor do presente contrato é de R\$ .....(.....).
- 2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. As despesas decorrentes desta contratação para o exercício de 2022 no valor de R\$ ..... correrá por conta do elemento 3390.30 - natureza: Material de Consumo, relativo ao PI "Materiais de Consumo de TIC", relativo ao Programa de Trabalho Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, do Orçamento do TRE/RJ, conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente contrato terá vigência desde sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, ressalvado o período de garantia previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.1. O prazo de garantia, de responsabilidade do fornecedor, para o objeto da licitação deverá ser de, no mínimo, **12 meses** para todos os itens deste Contrato e será contado a partir do aceite definitivo dos equipamentos.
- 5.2. Forma de Atendimento da Assistência Técnica:
- 5.2.1. Central de Atendimento para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00), indicando 0800 ou número local.
- 5.2.2. O atendimento será do tipo "on site" nas dependências do TRE-RJ localizadas no município do Rio de Janeiro, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00), e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado.
- 5.2.3. A substituição dos itens por outros de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela contratada, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização do TRE-RJ.
- 5.3. Com vistas à destinação final ambientalmente adequada dos bens e/ou peças que venham a ser recolhidos em virtude de substituição em garantia, a contratada deverá declarar os responsáveis pelo recolhimento (se o próprio contratante ou outros) e especificar a destinação final dos bens e/ou peças (se o próprio fabricante ou outros).

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. DO CONTRATANTE:

- 6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 6.1.3. Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para seja sanado o problema.
- 6.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.2. DA CONTRATADA:

- 6.2.1. Executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 6.2.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Edital e seus Anexos, o objeto fornecido com defeito;
- 6.2.3. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 6.2.4. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 6.2.5. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.
- 6.2.6. Não subcontratar, ressalvados os casos de subcontratação parcial do objeto, quando autorizado pela Administração.
- 6.2.7. Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021.
- 6.2.8. Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

6.3. OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES:

- 6.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 6.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
- 6.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será realizado no prazo de **30 dias**, mediante apresentação da nota fiscal, contados do recebimento definitivo do material, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.
- 7.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, serão efetuados no prazo de até **5 dias úteis**, contados da data do atesto da nota fiscal, nos termos do art. 5º, §3º da mesma lei.
- 7.1.2. Quando a contratada for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB nº1234/12, com redação dada pela IN RFB nº1244/12
- 7.2. O atesto da nota fiscal comprova o recebimento definitivo do objeto.
- 7.3. A fiscalização tem o prazo de **7 dias úteis** para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.
- 7.3.1. Em caso de erro na nota fiscal, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido no **subitem 7.1** retornará à contagem inicial.
- 7.3.2. Caso a nota fiscal apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de **3 dias úteis**, a contar da comunicação deste Tribunal.
- 7.4. Para fins de pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.
- 7.4. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, deverá ser comprovada regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.
- 7.5. No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

- 8.1. O preço pelo qual será contratado o serviço será fixo e irreajustável durante a vigência da contratação.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

- 9.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até **5 anos**, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a contratada que:



- I – apresentar documentação falsa
- II – causar o atraso na execução do objeto;
- III - falhar na execução do contrato;
- VI - fraudar a execução do contrato;
- V - comportar-se de modo inidôneo;
- VI - declarar informações falsas; e
- VII - cometer fraude fiscal.

9.2. Nas contratações, mediante sistema de registro de preços, as sanções descritas no subitem anterior se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada por este Tribunal.

9.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato ou pelo descumprimento de obrigações contratuais, poderá ser aplicada à contratada multa compensatória graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% do valor do contrato.

9.4. Em caso de atraso na execução do objeto desta licitação, poderá ser aplicada à contratada multa moratória equivalente a 0,25%, por dia útil, sobre o valor contratado do item, não ultrapassando o limite de 10% sobre este valor.

9.5. A dilação de prazo, autorizada pelo setor solicitante, será considerada para a avaliação de eventual atraso, em observância ao princípio da boa-fé.

9.6. O valor da multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrado administrativamente.

9.7. Nos casos de instauração de procedimento apuratório que possa ensejar a aplicação de multa, o TRE-RJ poderá acautelar até 20% do valor da fatura, condicionando a liberação de eventual valor remanescente à conclusão do procedimento.

9.8. A retenção cautelar será aplicada se inexistirem faturas próximas suficientes para garantir eventual multa ou se a gravidade da infração assim justificar.

9.9. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 dias úteis a contar da data da intimação, serão então acrescidos os juros moratórios de 1% ao mês.

9.10. Poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 de forma subsidiária.

9.11. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

9.12. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias e os antecedentes da contratada.

9.13. Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório.

9.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, se for o caso, no CEIS.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

11.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurada à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

12.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 2 vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, ... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Diretora-Geral do TRE/RJ

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa

#### TESTEMUNHAS:

1)

2)

\_\_\_\_\_  
REJANE LOPES DE OLIVEIRA  
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE LICITAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 09/06/2022, às 15:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2403812** e o código CRC **39D341B5**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.